



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2085, DE 2022

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a dedução tributária, pelo empregador, do custeio de despesas com educação dos empregados.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a dedução tributária, pelo empregador, do custeio de despesas com educação dos empregados.



SF/22779.90233-87

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 13.** .....

.....

§ 3º Poderão ser deduzidas as despesas do empregador com o custeio da educação de seus empregados, em qualquer área do conhecimento e em qualquer nível de escolaridade, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático, observado o limite, por beneficiado, previsto na alínea *b* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

É inegável o interesse social na melhoria dos níveis de educação formal da população. Diversos estudos científicos relacionam maior patamar educacional a aumento de produtividade, possibilitando o incremento salarial dos empregados e promovendo o desenvolvimento da economia. O

Estado é incapaz, sozinho, por diversos motivos, de conscientizar e estimular seus cidadãos a prosseguirem nos estudos.

Segundo reportagem do jornal Correio Braziliense, de 15 de julho de 2020, naquele ano, mais da metade da população acima dos 25 anos não concluíram o ensino médio, o que corresponde a 69,5 milhões de brasileiros, segundo dados do IBGE. Com relação ao ensino superior, a situação é ainda mais alarmante, com apenas 21% dos adultos brasileiros com até 34 anos possuindo diploma superior, percentual inferior ao observado em países como Estados Unidos, México, Colômbia, Chile e Argentina.

Para suprir a incapacidade estatal e superar esse cenário dramático, os empregadores podem desempenhar um papel importante, incentivando a formação de seus colaboradores e mesmo arcando com os custos do ensino. Como já estarão contribuindo para a sociedade com os gastos que deveriam ser do Estado, não é justo que os patrões arquem com tributos – que reverterão não apenas para a empresa, mas para toda a coletividade – sobre essas despesas.

O presente projeto de lei tem como finalidade permitir a dedução, para efeitos de apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das despesas do empregador com o custeio da educação de seus empregados, em qualquer área do conhecimento e em qualquer nível de escolaridade, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

Atualmente, já existe previsão normativa para a dedução, como despesa operacional, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), dos gastos realizados com a formação profissional dos empregados, mas requer que seja demonstrada sua essencialidade e usualidade ou normalidade conforme as atividades da empresa e do empregado. A norma demonstra uma perspectiva muito estreita dos ganhos sociais do aumento do nível educacional dos trabalhadores, mesmo além das atuais exigências de seus cargos e em áreas não exatamente congruentes à atividade que ora desempenham.

Ciente da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.



SF/22779.90233-87

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
  - art13
- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>
  - art8\_cpt\_inc2\_ali2